O ESTADO DA ARTE DA ASSEGURAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DAS EMPRESAS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) 2016

Gabriela Borges Silveira

Mestranda em Contabilidade

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Trindade – Florianópolis - Brasil

gabi_confiante@yahoo.com.br

Luiz Alberton

Doutor em Engenharia de Produção

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Trindade – Florianópolis - Brasil

luiz.alberton@ufsc.br

Ernesto Fernando Rodrigues Vicente

Doutor em Administração

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Trindade – Florianópolis - Brasil

ernesto.vicente@ufsc.br

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi descrever o estado da arte da asseguração externa dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem o ISE 2016. Este trabalho caracteriza-se como descritivo, de caráter quali-quantitativo, mediante uma pesquisa documental, com dados secundários coletados dos relatórios de sustentabilidade e de asseguração externa. Das 35 empresas que compõem a amostra, 28 submeteram seus relatórios de sustentabilidade ao processo de asseguração externa. Os resultados desta pesquisa demonstraram que, dos 16 setores distintos de atuação, 61% das empresas atuam em setores regulados, e 58,3% pertencem ao nível de governança Novo Mercado. No entanto, o teste exato de Fisher, em nível de significância de 5%, não suportou a hipótese de que os setores regulados e o segmento do Novo Mercado estariam associados à opção das empresas em assegurar os seus relatórios de sustentabilidade. Quanto aos tipos de relatórios, observou-se a predominância do GRI em 97,14% dos relatórios de sustentabilidade analisados, e ainda uma forte tendência das empresas em divulgar, de forma integrada, as informações de natureza financeiras e não financeiras. Dentre os normativos utilizados pelas prestadoras de garantia, a norma de auditoria contábil NBC TO 3000 (CFC) esteve presente em 71,43% dos trabalhos realizados. Ressalta-se que 82,1% dos trabalhos de asseguração foram feitos por empresas de auditoria independente, o que reforça o *know-how* por parte das empresas de auditoria contábil neste segmento.

Palavras-chave: Asseguração; Relatórios de sustentabilidade; Sustentabilidade empresarial.

THE STATE OF THE ART OF SUSTAINABILITY REPORTING ASSURANCE: A STUDY OF BUSINESS SUSTAINABILITY INDEX (ISE) 2016

ABSTRACT

The objective of this paper was to describe the state of the art external assurance of sustainability reports of ISE 2016 companies. This work was characterized as descriptive, and of a qualitative/quantitative nature. We proceeded to a documentary research, with secondary data collected from the sustainability and external assurance reports. Of the 35 companies in the sample, 28 submitted their sustainability reports to the external assurance process. The results of the study indicated that of the 16 different areas of activity 61% of companies operating in regulated industries, and 58,3% of the companies in this sample are from the Novo Mercado governance level. However, Fisher's exact test (significance level of 5%) did not support the hypothesis that regulated sectors and the Novo Mercado segment are associated with the choice of companies to assure their sustainability reports. As for of kinds of reports, there was a predominance of GRI in 97, 14% of sustainability reports analyzed, and also a strong tendency of companies to disclose the integration between financial and non-financial information. Among the regulations used by security providers, the standard accounting audit NBC TO 3000 (CFC) was present in 71.43% of the work performed. Our results showed that 82.1% of assurance engagements were made by independent audit companies. This result reinforces the know-how by the accounting audit firms in the segment of assurance of sustainability report.

Key words: Assurance; Corporate sustainability; Sustainability reports.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de divulgação de informações de natureza ambiental e social, a partir de relatórios de sustentabilidade, tornou-se um importante instrumento de comunicação entre as organizações e suas partes interessadas. Em contrapartida, o relatório financeiro não é capaz, por si só, de satisfazer as necessidades informacionais sobre o desempenho organizacional global dos acionistas, das comunidades e de outros *stakeholders* (Gomes, 2012). Nesse contexto, variáveis associadas ao impacto ambiental e social e o consumo de recursos resultantes das atividades econômicas das empresas tornam-se relevantes nos processos decisórios de diversos usuários da informação contábil (Castro, Siqueira & Macedo, 2009).

A asseguarção independente consiste em um processo de verificação externa que objetiva aumentar a robustez, precisão e confiabilidade das informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidade, surgindo da necessidade da opinião de terceiros sobre as informações reportadas acerca do desempenho em sustentabilidade das empresas (GRI, 2013). Desse modo, os serviços de garantia dos relatórios de sustentabilidade são capazes de gerar maior transparência e consenso sobre a finalidade do negócio, caracterizando a construção de diálogo eficaz com os *stakeholders* da empresa (Perego & Kolk, 2012).

Assim como a emissão dos relatórios de sustentabilidade, a asseguarção independente não é um processo obrigatório. Entretanto, reconhece-se que a auditoria é essencial para sustentar um relatório equilibrado e razoável (Perego & Kolk, 2012; GRI, 2013). As organizações buscam pela garantia externa por uma infinidade de razões, e alguns benefícios internos e externos da garantia podem ser facilmente identificados, como aqueles destinados à construção da confiança voltada às áreas de governança, gestão e relações das partes interessadas (GRI, 2013).

Diversos mecanismos vêm sendo criados no sentido de promover a prática da evidenciação sobre sustentabilidade. Nesse sentido, com a intenção de impulsionar e valorizar essa prática no Brasil, em 2005, a BM&FBOvespa criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), com o objetivo de criar uma carteira composta de ações de empresas comprometidas com desenvolvimento sustentável, práticas e alinhamento estratégico com a sustentabilidade empresarial (ISE – Metodologia do Ise, 2015).

Os diferentes padrões, a natureza voluntária da garantia da sustentabilidade, as particularidades do setor, a ausência de critérios específicos e os distintos provedores de garantia têm motivado estudos que visam investigar qual é o cenário da asseguarção externa em diversos contextos (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Hasan, Roebuck & Simnett, 2003; O'dwyer & Owenb, 2005; Deegan, Cooper & Shelly, 2006; Perego & Kolk, 2012; Gomes, 2012; Almeida, 2014). Outras pesquisas apontaram que a ausência de normas de auditoria consolidadas reduz a responsabilidade das organizações perante o público externo e as partes interessadas (Perego & Kolk, 2012; Smith, Adhikari & Tondkar, 2005; Cooper & Owen, 2007). Hodge, Subramaniam e Stewart (2009) levantaram a questão sobre o aumento do número de relatórios de sustentabilidade sem o devido aumento do nível de confiança pública. Assim, a preocupação sobre a falta de credibilidade, transparência e coerência dos relatórios de sustentabilidade têm levado à necessidade da revisão deste reporte (Adams & Evans, 2004; Simnett, Vanstraelen, & Chua, 2009).

Diante do exposto, surge a seguinte pergunta de pesquisa: Qual é o estado da arte da asseguarção externa (*assurance*) dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem o ISE 2016? O objetivo geral da pesquisa é descrever o estado da arte da asseguarção externa (*assurance*) dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem o ISE 2016. Com o intuito de atingir o objetivo geral da pesquisa, foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) identificar os tipos de relatórios de sustentabilidade emitidos de acordo com a qualificação das empresas; b) apontar as empresas de auditoria de asseguarção; c) identificar os normativos, os conteúdos e os procedimentos presentes nos relatórios de asseguarção externa; e d) verificar a associação existente entre as características das empresas e a asseguarção externa dos relatórios de sustentabilidade.

Segundo Perego e Kolk (2012), as práticas de asseguração dos relatórios de sustentabilidade desempenham um papel relevante no desenvolvimento e na sustentação da responsabilidade para com a sustentabilidade. Os autores afirmam a falta de análises que demonstrem como a asseguração dos relatórios de sustentabilidade tem sido difundida ao longo do tempo, em diferentes contextos nacionais, dos diversos tipos de prestadores de garantia e quais padrões são utilizados.

Conforme Gomes (2012), nota-se um aumento na garantia das informações contidas nos relatórios de sustentabilidade por entidades externas em relação ao aumento das exigências das partes interessadas ao nível do desempenho sustentável. Em 2011, o levantamento da visão global das empresas no mundo que recorrem à verificação externa dos Relatórios de Sustentabilidade feita pela Kpmg demonstrou que o Brasil ocupa a 14^o posição, evidenciando que as empresas brasileiras publicam e auditam cada vez mais as informações relativas à sustentabilidade. Isto aumenta a necessidade de uma maior uniformidade sobre o formato do relatório, normas utilizadas e procedimentos de avaliação e auditoria (Gomes, 2012).

Nesse contexto, as organizações que operam com estruturas institucionais semelhantes podem adotar formas homogêneas de comportamento, moldando suas práticas de sustentabilidade, divulgação e asseguração conforme o ambiente social em que se desenvolvem (Meyer & Rowan, 1977). Dentre os fatores em nível nacional, o setor de atuação (Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Kolk & Perego, 2010; Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2016) e governança corporativa (Zhou, Simnett & Green, 2013; Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2017) são características positivamente associadas à asseguração dos relatórios de sustentabilidade.

Dessa forma, esta pesquisa se justifica por fornecer evidências descritivas sobre o estado da arte da asseguração externa dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras do ISE 2016, trazendo contribuições ao verificar como empresas consideradas economicamente sustentáveis estabelecem e certificam as relações com suas partes interessadas. Esse estudo também investiga se as semelhanças (setor de atuação e governança corporativa) entre as empresas influenciam na decisão pelo processo de garantia das informações sobre sustentabilidade. Além da importância e atualidade do tema, este estudo encontrou pouca expressão de trabalhos sobre auditoria em relatórios de sustentabilidade em empresas brasileiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção apresentam-se os conhecimentos teóricos combinados a resultados de estudos anteriores para a fundamentação da pesquisa e evolução do conhecimento sobre o tema, sobre tudo em empresas brasileira, delimitado em Asseguração dos Relatórios de Sustentabilidade (*Assurance*).

2.1 Asseguração dos Relatórios de Sustentabilidade (*Assurance*)

Segundo Lenzen, Dey e Murray (2004), a notória mobilização internacional, pressão dos governos e *stakeholders* induziram as empresas a aumentarem suas práticas de responsabilidade corporativa, assim como a divulgar tais informações por meio de relatórios de sustentabilidade. Smith, Adhikari & Tondkar (2005) afirmam que o processo de divulgação dos relatórios é uma maneira de manter os *stakeholders* informados e envolvidos na preservação da continuidade e sustentabilidade das organizações.

Os relatórios de sustentabilidade podem ser considerados mecanismos de divulgação do desempenho em termos de sustentabilidade, adotados, em sua maioria, por empresas líderes (porte econômico, marca ou participação de mercado), segundo evidenciam os estudos de Gamerschlag, Moller e Verbeeten (2011). Já Perrini (2005) afirma que a publicação de informações nos relatórios de sustentabilidade retrata o desempenho de uma empresa socialmente responsável.

De acordo com O'Dwyer e Owenb (2005), Gomes (2012), Castro, Siqueira e Macedo (2009), existem diferentes diretrizes que norteiam a constituição e o formato dos relatórios de sustentabilidade. Como não há uma padronização em nível mundial, é provável que outras normas

possam fazer parte da elaboração de tais relatórios, como a legislação pertinente do próprio país e do setor no qual a empresa atua. A título de exemplo, no Brasil, há agências reguladoras – como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a qual orienta a divulgação dos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica por meio do despacho nº 3.034/2006. Recentemente, o Banco Central tornou pública a Resolução CMN nº 4.327/2014 que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras brasileiras.

Dentre as propostas existentes de relatórios para as práticas de comunicação em sustentabilidade empresarial, destaca-se o *Global Reporting Initiative (GRI)*, o qual, por meio de um conjunto de diretrizes para relatórios de sustentabilidade de caráter não-governamental, constitui uma proposta de relatório de sustentabilidade empresarial que abrange as dimensões econômica, social e ambiental (Castro, Siqueira & Macedo, 2009). O GRI é considerado um dos instrumentos de comunicação sobre as práticas sustentáveis mais completos e difundidos da área, visando ao desenvolvimento econômico sustentável (Gurvitsh & Sidorova, 2012; Lozano & Huisinigh, 2011).

Ao longo do tempo, esse tipo de relatório tem passado por modificações, à medida que as empresas iniciam as divulgações com informações ambientais e, posteriormente, vão agregando outras informações de caráter social e econômico (Park & Brorson, 2005). Logo, o reporte sobre desempenho em sustentabilidade empresarial aderiu diversos formatos. Dentre eles, estão: Balanço Social, Demonstração de Valor Adicionado (DVA), Relatórios de Sustentabilidade, Relatório Anual e, o mais recente, Relato Integrado.

Nesse contexto, empresas estimuladas a atender diferentes interesses de seus diversos *stakeholders* divulgam cada vez mais informações sobre o desempenho em sustentabilidade; conseqüentemente, buscam dar credibilidade as essas informações prestadas por meio da asseguração dos relatórios de sustentabilidade.

Os termos que referenciam o processo externo de garantia de fiabilidade dos Relatórios de Sustentabilidade variam, e incluem *assurance*, garantia externa, verificação, asseguração e certificação (GRI, 2013). Tal processo deve ser realizado por entidades externas e independentes da organização auditada, visto que tem como objetivos: garantir a veracidade da informação; contribuir para a credibilidade de todo o processo de gestão; assegurar que os recursos estão sendo utilizados de forma eficaz; contribuir para a melhoria contínua do processo de divulgação; assegurar aos *stakeholders* e potenciais investidores que os riscos de gestão estão geridos com eficácia; e demonstrar o compromisso da entidade em melhorar o seu desempenho econômico, ambiental e social (GRI, 2011).

O relatório de asseguração consiste na emissão de opinião de um profissional independente que garanta que as informações contidas nos relatórios de sustentabilidade de uma organização sejam confiáveis (Almeida, 2014). Segundo o GRI (2013), os prestadores de serviços de asseguração externa podem ser divididos em três grupos: empresas de contabilidade (procedimentos de auditoria), empresas de engenharia (certificações técnicas) e empresas de serviços em sustentabilidade (especialistas).

O estudo de Simnett, Vanstraelen e Chua (2009) abrangeu 2.113 relatórios de asseguração das informações do relatório de sustentabilidade de diversos países. Os resultados da análise permitiram concluir que as organizações que buscam a credibilidade dos seus relatórios de sustentabilidade por meio da garantia externa, na escolha da empresa asseguradora não tomam por relevante se a empresa é ou não uma empresa de auditoria. Outra constatação deste estudo é que o tipo de setor onde a organização atua é um fator determinante para a decisão de asseguração dos relatórios de sustentabilidade. Os autores exemplificam a indústria de mineração como um dos setores mais propensos à asseguração externa das informações contidas nos relatórios de sustentabilidade.

Nesse sentido, Kolk e Perego (2010) analisaram um conjunto de fatores institucionais para explicar a adoção da asseguração dos relatórios de sustentabilidade das empresas do *Fortune Global 250* em uma análise que compreendeu os anos de 1999, 2002 e 2005. Os fatores delimitados pelos

autores consistiram em ambiente jurídico, qualidade do ambiente jurídico e índice de responsabilidade corporativa. Os resultados mostraram que as empresas que operam em países com sistema legal com base em *codelaw* e possuem responsabilidades sociais que vão além dos resultados econômicos, têm mecanismos de governança mais fracos e contam com uma maior pressão para sustentabilidade corporativa, estão mais propensas a assegurar os reportes sobre sustentabilidade. Os autores justificaram a asseguarção como uma ferramenta de legitimação de suas práticas socioambientais, ressaltando que a legitimidade pode ser resultante de três pressões institucionais: i) coerciva, que se apresenta em forma de lei; ii) normativa, como resultado da conformidade moral; e iii) mimética ou isomorfismo, corresponde a adotar um comportamento amplamente aceito na mesma indústria, setor ou país.

Martínez-Ferrero e García-Sánchez (2016), com base na teoria neo-institucional, verificaram se a asseguarção dos relatórios de sustentabilidade deriva da relação entre as pressões institucionais (coercivas, normativas e miméticas) e as forças jurídica, cultural e setorial. Os autores analisaram uma amostra com 696 empresas de diversos países para o período de 2007 a 2014. Os resultados mostraram que a asseguarção atua como ferramenta de legitimação implementada pelas empresas em países que desempenham uma maior força coercitiva, que possuam maior desenvolvimento cultural e onde setores de atuação desenvolvam melhores condições para as práticas de sustentabilidade.

A estrutura e o conteúdo dos relatórios de asseguarção externa podem variar dependendo do escopo da garantia. Hasan, Roebuck e Simnett (2003) analisaram diferentes estruturas de relatórios de asseguarção dos relatórios de sustentabilidade. Os autores analisaram a percepção do usuário em relação ao tipo de relatório de asseguarção utilizado por meio de questionários aplicados a 792 acionistas com o objetivo de verificar qual o tipo de relatórios fornece mais segurança a este tipo de *stakeholder*. Os resultados demonstram que o parecer em formato de procedimentos foi percebido com maior nível de segurança, uma vez que os outros tipos de asseguarção assumem um formato de garantia moderada e com maiores limitações.

Nesse aspecto, Deegan, Cooper e Shelly (2006) analisaram 170 relatórios de asseguarção de empresas do Reino Unido e na Europa entre os anos de 2000 a 2003. Os resultados apontaram uma grande diversidade nos conteúdos de garantia, além de apontarem a necessidade de orientações e regulamentação na área, devido a não compreensão por grande parte dos usuários da informação. Conforme o GRI (2013), a forma e o conteúdo também variam em razão das preferências do assegurado da garantia, além de serem pertinentes às normas de serviços de asseguarção independente.

As normas de asseguarção objetivam instituir princípios, procedimentos e orientação a auditores independentes para a prática de trabalhos que são distintos das auditorias ou a revisão de informações financeiras históricas que estão sujeitas a normas específicas (ISAE-3000, 2011, NBC TO-3000, 2009). Tais diretrizes proporcionam requisitos mínimos para a emissão do relatório de asseguarção; porém, são flexíveis aos objetivos desejados pelos usuários (Almeida, 2014).

As diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)* e os normativos *AA1000 Assurance Standard*, e a *ISAE 3000 – International Standard on Assurance Engagements*, são os mais comuns a todos os estudos publicados, e também são utilizados de forma isolada ou combinados entre si (Gomes, 2012; Perego & Kolk, 2012). Nesse aspecto, é possível perceber que existem dois padrões de normas internacionais a *ISAE 3000* e *AA1000AS* (GRI, 2013).

A *AA1000AS Account Ability Framework Standard* constitui o primeiro referencial mundial para a verificação de Relatórios de Sustentabilidade. Foi publicada em 2003, com base em três princípios: Relevância, Abrangência e Responsabilidade. O objetivo desta norma é propiciar às organizações um conjunto de princípios aceitos internacionalmente para estruturar a forma como compreendem, implementam, geram, avaliam e comunicam as informações sobre seu desenvolvimento sustentável de longo prazo (Gomes, 2012).

A *Isae 3000* foi desenvolvida em 2003 pela *The International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb)* da *International Federation of Accountants (Ifac)*. Esta norma consiste em

um padrão genérico para qualquer processo de asseguração externa diferente do que ocorre em auditorias ou revisões das informações financeiras históricas. Sua ênfase está em procedimentos abrangentes para os processos de coleta de dados de forma sistemática e requer independência da empresa asseguradora (GRI, 2013).

Destaca-se que o relatório de asseguração de acordo com ISAE 3000 deve ser emitido exclusivamente por profissionais da contabilidade, os quais devem respeitar o Código de Ética *Professional Accountants* (Iesba) e tem por objetivo fornecer a estrutura básica para realização de auditorias não financeiras, como a Ambiental, Social, de Sustentabilidade, Auditorias de Sistemas de Informação, Controle Interno e Procedimentos de Gestão corporativa, Concessões, Contratos e Regulamentos (Gomes, 2012; GRI, 2013).

No Brasil, consoante a Isae 3000 do Iaasb, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2009) emitiu a NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão – e, por meio desta, institui dois níveis de trabalho de asseguração que o auditor independente pode realizar: asseguração limitada e asseguração razoável. A asseguração razoável reduz o risco do trabalho a um nível aceitavelmente baixo, enquanto a asseguração limitada tem por objetivo “[...]reduzir o risco do trabalho a um nível aceitável nas circunstâncias, porém em um nível maior de risco do que em trabalho de asseguração razoável” (NBC TO 3000, 2009, p. 1).

Perego e Kolk (2012) investigaram a evolução das práticas de asseguração dos relatórios de sustentabilidade das empresas que fazem parte da *250 Fortune Global* durante um período de dez anos. Especificamente, os autores, buscaram identificar a diversidade das normas utilizadas no processo, o tipo de prestadores dos serviços e a qualidade da estrutura das declarações de asseguração externas. Os resultados do estudo indicaram que as empresas aumentaram a emissão de seus relatórios de sustentabilidade de 39,6% (84 relatórios em 1999) para 69,3% (147 relatórios em 2008). Em contrapartida, as declarações de garantia que acompanham estes relatórios aumentaram de 21,4% em 1999 para 55,8% em 2008. O levantamento das empresas prestadoras dos serviços de garantia demonstrou que 51,7% dos relatórios são assegurados por empresas de auditoria contábil; 22,2%, por especialistas em sustentabilidade; 11,1%, por certificadoras e 15%, por outros tipos de organizações. Enquanto na utilização das normas destaca-se maior preferência por AA1000AS em combinação com as diretrizes GRI (13,4%), seguido pelo Isae 3000 em combinação com o GRI (12,2%).

Gomes (2012) buscou identificar o estado da arte da auditoria dos relatórios de sustentabilidade das 117 maiores empresas portuguesas, em uma análise que compreendeu os anos de 2008, 2009 e 2010. Os objetivos do estudo compreenderam determinar quais os normativos utilizados para a elaboração e auditoria dos relatórios de sustentabilidade, as empresas de auditoria mais procuradas, a estrutura dos relatórios de asseguração e os procedimentos utilizados no processo de garantia externa. Os resultados da pesquisa de Gomes (2012) evidenciam o aumento das publicações dos relatórios de sustentabilidade nos últimos anos em Portugal. Além disso, as empresas que mais se preocupam com essa prática são as empresas do setor “Serviços Públicos”, seguidas de empresas de “Transporte e Logística”. A empresa de auditoria mais procurada para efetuar a verificação é a *Price Water House Cooper*, seguida da *Deloitte* e da *Kpmg*.

Outra constatação do estudo de Gomes (2012) é que as diretrizes do GRI são as normas mais utilizadas pelas empresas para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, e as normas mais aplicadas na orientação da abordagem da verificação externa adotadas pelas empresas de auditoria são a Isae 3000, seguida da AA1000AS. Em relação à estrutura dos relatórios de asseguração, a pesquisa conclui que a estrutura nem sempre é coincidente. Segundo a autora, as diferenças devem-se às distintas empresas de auditoria, o que significa que tanto o título do relatório como a estrutura variam consonantemente ao auditor. Quanto aos procedimentos utilizados no processo de garantia externa, o referido trabalho, em análise de conteúdo, envolveu vários aspectos, como demonstra a figura 1:

Procedimentos	Descrição
Indagações à gestão	Indagação à gestão e às principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes e as matérias incluídas no relato. Entrevistas para compreender os processos implementados para determinar os aspectos materialmente relevantes para as partes interessadas.
Processos de gestão internos	Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social.
Verificação da informação com bases de suporte	Verificar, em uma base de amostra, a eficiência dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, por meio de cálculos e validação de dados reportados.
Comparação com dados financeiros e económicos	Comparar os dados financeiros e económicos com os dados no RC para aferir sobre a validação externa da informação reportada.
Comparação de dados relativos aos indicadores de desempenho	Comparar os dados relativos a indicadores de desempenho definidos pela Entidade Reguladora do setor com os valores previamente auditados e confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho.
Procedimentos de consubstanciação	Executar em uma base de amostras, alguns procedimentos de consubstanciação da informação mediante a obtenção de evidências sobre a informação reportada, leitura da informação, de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral, experiência e com a <i>performance</i> de sustentabilidade da organização.
Confirmação do nível de aplicação	Confirmar a existência de dados e informações requeridos para atingir o Nível de Aplicação do GRI.
Realização de entrevistas	Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, em nível operacional e comparativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas relevantes aplicadas e implementação e aos responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade.
Visitas <i>in loco</i>	Visitas a instalações ou obras.
Validação dos Normativos	Análise dos temas materiais incluídos no Relatório com base no princípio de relevância previsto nas normas AA1000AS, Isae 3000 e no GRI.

Figura 1: Procedimentos de auditoria

Fonte: Adaptado de Gomes (2012)

Neste estudo, Gomes (2012) conclui que, dos procedimentos de verificação a Indagações, a Gestão é utilizada em todas as verificações, seguido da comparação de dados relativos aos indicadores de desempenho em 81%; da confirmação do nível de aplicação em 77%; dos processos de gestão internos e a verificação da informação com bases de suporte em 66%; dos procedimentos de consubstanciação em 55% ; da comparação com dados financeiros e económicos em 44%, e, por sua vez, da realização de entrevistas é aplicada em 30%; da validação de normativos é verificada em 22% e as visitas às instalações ou obras em apenas 0,75% dos relatórios de asseguarção.

Zaro, Pastre e Alberton (2015) investigaram quais os critérios que norteiam os auditores na emissão dos relatórios de asseguarção constantes nos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem a carteira do ISE 2013. Constataram, ainda, que 69% das empresas adotaram a prática de asseguarção, das quais 71% delas são feitas por empresas de auditoria independentes, visto que as normas mais utilizadas pelas prestadoras de garantia foram a NBC TO 3000, seguida da AA1000AS. De maneira complementar, esse estudo caracterizou as empresas quanto ao seu nível de Governança Corporativa, constatando que 90% das empresas que asseguraram os seus relatórios de sustentabilidade se enquadraram nas características específicas impostas por regulamentos da BM&FBovespa, e que 50% delas pertenciam ao Novo Mercado. Com base nesses resultados, os autores ressaltam a preocupação das empresas em assegurar seus relatórios de sustentabilidade como uma forma de assumir a responsabilidade socioambiental e o compromisso de transparência com suas partes envolvidas.

Assim, de maneira similar aos relatórios de sustentabilidade, o processo de asseguarção sobre as informações de sustentabilidade das organizações não é obrigatório, mas é considerado uma importante ferramenta na tentativa de as empresas prestarem contas aos seus *stakeholders* (Junior; Best & Cotter, 2014). Cadbury (2000) explica que a governança corporativa pode ser entendida como o sistema pelo qual as empresas são dirigidas e controladas, equilibrando o bem-estar entre as partes interessadas e reduzindo os riscos do negócio. Nesse sentido, a busca pela garantia externa pode ser explicada por práticas que visem à construção de confiança estabelecida com as partes interessadas, como o conjunto de práticas instituído pela Governança Corporativa (Oliveira, 2011; CVM, 2002).

No Brasil, a BM&FBovespa conta com segmentos de listagem que possuem regras diferenciadas de governança corporativa: Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1. Tais segmentos seguem rígidas regras de governança corporativa, atendendo às especificações contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, com o objetivo de atrair investidores, assegurar direitos e garantias aos acionistas, garantindo a divulgação de informações mais completas para controladores, gestores e participantes do mercado. Dentre esses diferentes segmentos, destaca-se o Novo Mercado, porque se diferencia, especialmente, dos outros na emissão de ações – caracterizada pela permissão da existência somente de ações ordinárias (ON) –, emitindo esforços na dispersão acionária.

Observando as características de governança corporativas das empresas, Martínez-Ferrero e García-Sánchez (2017) encontraram evidências de que fatores relacionados à governança corporativa influenciam na demanda de asseguarção dos relatórios de sustentabilidade para uma amostra internacional de 610 empresas do período 2007-2014. O estudo de Zhou, Simnett e Green (2013) concluiu que a procura pela garantia é mais significativa entre as empresas com estruturas de governança mais fortes.

Segundo Suchman (1995), a legitimidade pode ser compreendida como a suposição de que determinadas ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas em um sistema socialmente instituído de normas, crenças e valores. Nessa perspectiva, Meyer e Rowan (1977) sugerem que as instituições legítimas não resultam somente da eficácia racional e de normas legais, mas também de objetivos, meios e fins coletivamente valorizados. Os autores ainda sugerem que a legitimidade das instituições resulta de comportamentos isomórficos, sobre o qual uma prática torna-se comum e respeitada a partir do momento em que as organizações passem a agir de forma semelhante.

Dessa forma, a prática de asseguarção dos relatórios de sustentabilidade está intimamente ligada ao processo à legitimidade das instituições. Ainda que seja uma prática não obrigatória, as empresas podem estar condicionadas a um ambiente de legitimação.

3 METODOLOGIA

Para identificar qual é o estado da arte da asseguarção externa dos relatórios de sustentabilidade das empresas do ISE 2016, foi realizada uma pesquisa descritiva, com abordagem quali-quantitativa por meio de pesquisa documental com dados secundários.

A pesquisa é descritiva, pois objetiva descrever o perfil da prática de asseguarção externa dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras listadas no ISE 2016. As pesquisas descritivas visam descrever as características de determinada população e a relação entre diversas variáveis, com a condição de a interpretação dos fatos ocorra sem interferência do pesquisador (Gil, 2008; Andrade, 2002).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é quali-quantitativa. Qualitativa devido ao fato de descrever a complexidade de um determinado problema e classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais (Richardson, 2008). Especificamente nesta pesquisa, foi abordado o processo de *assurance* das empresas socioeconomicamente responsáveis. E é quantitativa por testar a associação entre as variáveis que caracterizam as empresas da carteira ISE (2016) e asseguarção

dos relatórios de sustentabilidade, já que, segundo Richardson (2008), se qualifica pelo uso da quantificação, tanto nos procedimentos de coleta de informações quanto na análise delas por meio de técnicas estatísticas.

Para a coleta de dados, a técnica utilizada é a documental. E, por meio desta, coletam-se dados secundários das empresas, os quais estão disponíveis em forma de relatórios e ainda não passaram por nenhuma análise estatística (Gil, 2008). Os dados de fontes secundárias foram coletados dos relatórios de sustentabilidade, relatórios de asseguração independente e o cadastro das empresas no site da BM&FBovespa. Optou-se por analisar as informações referentes ao último relatório de sustentabilidade vigente emitido pelas empresas do ISE até a data de 15 de junho de 2016, uma vez que este tipo de reporte não possui periodicidade obrigatória definida para publicação.

A amostra da pesquisa abrange 35 empresas de diversos ramos de atividades que compõem a carteira 2016 do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). As empresas da carteira ISE refletem o retorno das ações com os melhores desempenhos em aspectos de sustentabilidade empresarial (BM&FBovespa, 2015), o que justifica a definição deste como objeto de estudo. A figura 2 identifica as empresas selecionadas para pesquisa.

1	Aes Tiete	10	Copel	19	Fleury	28	Sul América
2	B2W – Digital	11	Cpfl	20	Itausa	29	Telefônica
3	BCO BrasiL	12	Duratex	21	Itaú Unibanco	30	Tim
4	BCO Bradesco	13	Ecorodovias	22	Klabin	31	Tractebel
5	Braskem	14	Edp	23	Lojas Americanas	32	Weg
6	BRF	15	Eletropar	24	Light	33	Cielo
7	CCR	16	Eletropaulo	25	Natura	34	Fibria
8	Cemig	17	Embraer	26	Oi	35	Bco Santander
9	Cesp	18	Even	27	Lojas Renner		

Figura 2: Amostra da pesquisa
Fonte: Dados da pesquisa (ISE 2016)

Primeiramente, é feita uma análise geral das características das empresas delimitadas em setor de atuação e nível de governança corporativa, como também a descrição das diretrizes mais utilizadas para a estrutura dos relatórios de sustentabilidade. Em seguida, para atender ao objetivo específico de identificar a estrutura e os procedimentos presentes nos relatórios de asseguração externa, fez-se uma breve análise de conteúdo e, para isto, utilizaram-se os procedimentos de auditoria descritos por Gomes (2012), conforme ilustra a figura 1, e expostos na revisão da literatura. Portanto, considerando a análise de conteúdo dos relatórios de asseguração, apenas as empresas que submeteram seus relatórios de sustentabilidade ao processo de verificação externa foram passíveis a esta análise.

Para operacionalizar esta pesquisa, após a coleta de dados os mesmos são tabulados em planilhas do *software Microsoft Excel®*. E, com o auxílio do *software R versão 3.2.3 for Windows*, é empregado o teste exato de Fisher para o cálculo da probabilidade de associação das características em estudo, com o nível de significância de 5%. O teste exato de Fisher constitui-se em uma análise não paramétrica, ou seja, não depende de parâmetros populacionais como média e variância. Esta técnica consiste em determinar a probabilidade exata de ocorrência de uma frequência observada, sendo indicada para o teste de hipótese de associação entre duas variáveis, na condição de tabelas cruzadas de frequências 2 x 2, adequando-se para pequenas amostras, dado que $20 < N < 40$. Desse modo, a hipótese nula recebe a proposição de independência entre as variáveis, enquanto a hipótese alternativa indica a associação entre elas, semelhantemente ao que ocorre com o teste Qui-quadrado de independência (Fisher, 1970).

Com base nessa análise, buscou-se identificar se a regulamentação do setor e a governança corporativa das empresas estão associadas à escolha das empresas do ISE (2016) em assegurar seus relatórios de sustentabilidade, uma vez que o processo pode ser considerado uma atitude proativa

por parte das empresas. Logo, estabelecem-se as hipóteses do teste, especificando-as para este estudo:

H₀: Asseguração externa independe da regulamentação do setor e da governança corporativa das empresas.

H₁: Asseguração externa está associada à regulamentação do setor e da governança corporativa das empresas.

Ressalta-se que o poder do teste é baixo para apontar como ocorre a relação entre as variáveis; no entanto, optou-se por essa análise em razão de testar os indícios proposto pela literatura, como as características em comum que são observadas qualitativamente na amostra.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, é apresentada a descrição do estado da arte da asseguração externa dos relatórios de sustentabilidade das empresas do ISE 2016. Primeiramente, apresentam-se as análises qualitativas relativas à caracterização do problema apresentado, para, posteriormente, por meio da análise estatística, verificar a associação existente entre as variáveis propostas pelo estudo.

A BM&FBovespa divulgou a 11^a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial em 26 de novembro de 2015, composta por 40 ações de 35 empresas. E 100% das empresas elaboraram e divulgaram seus relatórios de sustentabilidade. Em conjunto, as empresas da carteira ISE 2016 somam R\$ 960,52 bilhões em valor de mercado, equivalente a 44,75% do total do valor das companhias com ações negociadas na BM&FBovespa com base no fechamento em 24 de novembro de 2015 (BM&FBovespa, 2015). Elas representam 16 setores distintos atuando em diferentes ramos. Considerando que a verificação externa dos relatórios de sustentabilidade é voluntária, pode-se observar que nem todas as empresas são aderentes a este processo. A Tabela 1 apresenta a distribuição da *assurance* das empresas por setor de atuação.

Tabela 1: *Assurance* das empresas listadas no ISE 2016 por setor de atuação

Setor de atuação	Assegurado	Não assegurado	Total
Energia Elétrica	9	1	10
Bancos	5	0	5
Madeira e Papel	3	0	3
Transporte – Exploração de Rodovia	2	0	2
Telecomunicações	2	1	3
Comércio de Tecidos, Vestuário e Calçados	1	0	1
Químico e Petroquímico	1	0	1
Serviços Financeiros Diversos	1	0	1
Construção e Engenharia	1	0	1
Serviços de Saúde	1	0	1
Produtos de uso pessoal	1	0	1
Seguros	1	0	1
Comércio de Produtos Diversos	0	2	2
Alimentos Processados	0	1	1
Material de Transporte	0	1	1
Máquinas e Equipamentos	0	1	1
Total	28	7	35

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A Tabela 1 mostra que do setor de Energia Elétrica 90% (9) das empresas submeteram o relatório de sustentabilidade ao processo de verificação externa. Porém, dentre estas empresas, a Cesp assegurou somente as informações do Balanço Social (2014), anexo em seu relatório de sustentabilidade. Há um destaque para as empresas atuantes nos setores de máquinas e

equipamentos; material de transporte; alimentos processados; e comércio de produtos diversos não asseguraram o último relatório emitido por elas.

Nota-se a predominância em 42,85% das empresas dos setores de Energia Elétrica e Bancos na composição da carteira ISE (2016), setores estes fortemente regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Banco Central do Brasil (Bacen), respectivamente.

Das empresas da carteira ISE 2016 que asseguram os relatórios de sustentabilidade, 61% atuam em setores regulados. Isso indica que fatores externos, como o ambiente de operação ou tipo de setor, podem ser considerados fatores relevantes para a decisão, por parte das empresas, em garantir seus relatórios (Simnett; Vanstraelen & Chua, 2009; Kolk & Perego, 2010; Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2016).

Para avaliar tal evidência, procedeu-se ao teste exato de Fisher, o qual resultou em um $p\text{-value} = 0.2075$. Observando-se os resultados estatisticamente significantes para um valor de $p < 0,05$, conclui-se que o teste não ofereceu condições de se rejeitar a hipótese nula de pesquisa. Portanto, a asseguração externa independe de o setor ser regulado ou não para as empresas pertencentes ao ISE 2016, na qual o indicativo de associação encontrado qualitativamente pode ser estabelecido de forma casual. Ressalta-se que a classificação dos setores regulados foi feita conforme a Lei nº 8.987/95 (Brasil, 1995) que define as agências reguladoras para diferentes setores de atuação.

Outra característica observada neste estudo foi a frequência do nível de governança e asseguração dos relatórios de sustentabilidade das empresas em análise. A Figura 1 apresenta a distribuição da *assurance* por níveis de governança corporativa.

Figura 1: A distribuição da *assurance* por níveis de governança corporativa

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Dentre as 35 empresas da carteira ISE 2016, 30 delas estão classificadas quanto ao nível de governança corporativa, segundo a BM&FBovespa, e 19 empresas (54,3%) pertencem ao Novo Mercado (NM), 7 empresas (20%) classificam-se no segmento de Nível 1 (N1) de Governança Corporativa, 4 (11,4%) são as empresas classificadas no segmento de Nível 2 (N2) e 5 delas (S/N) não apresentaram as características específicas exigidas pelo regulamento de classificação. Ao observar o universo de 28 relatórios assegurados, 85,71% das empresas estão classificadas dentro os níveis de governança corporativa da BM&FBovespa, das quais 58,3% pertencem ao nível de governança Novo Mercado, em consequência de ser o nível predominante na carteira ISE 2016.

Supondo que quanto maior for o nível de governança corporativa maior seja a relação de confiança estabelecida com as partes interessadas mediante a asseguração dos relatórios de sustentabilidade (Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2017; Zhou, Simnett & Green, 2013), procedeu-se, então, ao teste exato de Fisher para buscar a existência de associação entre as empresas pertencentes ao Novo Mercado e asseguração externa. O $p\text{-value} = 0.415$ indicou a independência das características, aceitando-se a hipótese nula em um nível de significância de 5%.

Dessa forma, não é possível afirmar que exista uma associação entre asseguarção externa e empresas pertencerem ao Novo Mercado.

Em relação às diversas propostas existentes de relatórios para as práticas de comunicação em sustentabilidade empresarial, foram identificadas as principais diretrizes de elaboração dos relatórios de sustentabilidade, conforme apresentada a Tabela 2.

Tabela 2: Principais diretrizes de elaboração

Diretriz	Assegurados	Não-Assegurados	Total	%
GRI-G4	24	7	31	88,57%
GRI-3.1	3	0	3	8,57%
Relato Integrado	1	0	1	2,86%
Total	28	7	35	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Evidencia-se, na sua maioria, que 34 (97,14%) das empresas utilizaram como diretriz de elaboração a *Global Reporting Initiative (GRI)*, e que 27 (79,41%) empresas submeteram os relatórios de sustentabilidade ao procedimento de verificação externa. Cabe destacar que 31 delas reportam, na sua versão mais atual, a GRI-G4, aderentes entre os níveis Essencial (67,74%) e Abrangente (29,03%). Ressalta-se que a Cpfl Energia S.A não informou o nível de aplicação do GRI-G4 utilizado para a elaboração de seu relatório de sustentabilidade. Ainda, três empresas seguem as diretrizes do GRI-3.1, na versão anterior à atual, tomando por nível de aplicação B+ por assegurarem seus relatórios de sustentabilidade. Assim, corroborando com a afirmação de Gurvitch e Sidorova (2012) e Lozano e Huisinigh (2011), nota-se que a GRI é a ferramenta mais difundida em comunicação das informações de sustentabilidade das empresas que compõem o ISE 2016.

Observa-se, também, que apenas Itaú Unibanco S.A optou por seguir a estrutura proposta pelas diretrizes do Relato Integrado para o reporte de suas informações socioambientais, mesmo que 14 empresas (40%) tenham informado que estão caminhando no processo de integração das informações financeiras e não financeiras, e assim passarão no futuro próximo a aderir a este mesmo formato. Também, considerando a particularidade do setor de atuação, outras sete empresas pertencentes aos setores de Energia Elétrica (6) e Bancos (1) mencionaram que utilizaram o suplemento *plus* setorial do GRI para auxiliar na divulgação das informações socioambientais.

Com isso, cerca de 80%, isto é 28 das 35 empresas, asseguraram os últimos relatórios de sustentabilidade publicados. Anteriormente, Zaro, Pastre e Alberton (2015) constataram que 69% das empresas do ISE 2013 procederam em verificá-los externamente. Dessa forma, é possível notar que a prática de asseguarção vem crescendo ao longo do tempo, representado pela taxa de 11%. Isto demonstra que a submissão das informações sobre sustentabilidade à asseguarção externa vem se tornando uma prática comum entre as empresas, corroborando com o estudo de Gomes (2012) e Kpmg (2011). Tal prática objetiva garantir a veracidade das informações prestadas e contribuir para a credibilidade de todo o processo de gestão, constituindo a percepção de legitimidade das instituições, de tal maneira que o comportamento de determinadas organizações passam a ser semelhantes a outras (Meyer & Rowan, 1977; Suchman, 1995).

Com base na análise de conteúdo dos relatórios de asseguarção contidos nos relatórios de sustentabilidade, identificaram-se as empresas prestadoras de garantias, as normas de fundamento para asseguarção, o tipo de trabalho realizado e os procedimentos empregados no processo, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3: Prestadoras de garantias responsáveis

Prestadores de serviços de garantia externa	Quantidade	%
Auditoria independente	23	82,1%
Certificadoras	4	14,3%
Consultoria especializada em sustentabilidade	1	3,6%
Total de empresas	28	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Dos 28 relatórios de sustentabilidade assegurados, nota-se que 82,1% são verificados por empresas de Auditoria Independente. Somente quatro relatórios foram assegurados por empresas certificadoras e 1 foi verificado por empresa de consultoria especializada em sustentabilidade. Este resultado demonstra não somente a credibilidade atingida pelas firmas de auditoria contábil no ramo de verificação e validação de informações como também a baixa aderência das empresas aos serviços de consultoria especializada em sustentabilidade, corroborando com as evidências encontradas por Perego e Kolk (2012), Gomes (2012) e Zaro, Pastre e Alberton (2015).

Na sequência, a Tabela 4 apresenta o detalhamento das normas de fundamento e tipo de trabalho realizado pelas empresas prestadoras de serviços garantia.

Tabela 4: Detalhamento das normas de fundamento e tipo de trabalho realizado

Prestadora	Norma adotada	Tipo de trabalho realizado	Nível de assegurar	Quantidade	%
Deloitte	NBC TO 3000	Asseguração dos indicadores de GRI	Limitado	2	7,1%
Ernst & Young	NBC TO 3000	Asseguração das informações referente ao Balanço Social	Limitado	1	3,6%
Ernst & Young	NBC TO 3000	Asseguração das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Limitado	1	3,6%
Ernst & Young	NBC TO 3000 AA1000AS	Asseguração das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Limitado Não informado	1	3,6%
KPMG	AA1000AS	Verificação das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Moderado	1	3,6%
KPMG	NBC TO 3000 AA1000AS	Asseguração das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Limitado Moderado	1	3,6%
KPMG	NBC TO 3000	Asseguração das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Limitado	11	39,3%
PWC	NBC TO 3000	Asseguração das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Limitado	5	17,9%
SGS	GRI-G4 NBC TO 3000	Asseguração sobre as atividades de sustentabilidade	Limitado	1	3,6%
SGS	GRI-G4 ISAE 3000	Asseguração sobre as atividades de sustentabilidade	Razoável	1	3,6%
Bureau Veritas	GRI-G4 ISAE 3000	Verificação das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Razoável	1	3,6%
DNV GL	GRI-G3.1 AA1000AS	Verificação das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Moderado	1	3,6%
BSD	AA1000AS	Verificação das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Moderado	1	3,6%
Total				28	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Das prestadoras de serviços de garantia externa, percebe-se que a Kpmg Risk Advisory Services Ltda. e Auditores Independentes é a maior responsável pelas garantias dos relatórios de sustentabilidade das empresas do ISE 2016, correspondendo a 46,5 % (13) das assegurações. A *Pricewaterhouse Coopers* Auditores Independentes assegura em 17,9%; Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S, em 10,8%; *Deloitte Touche Tohmatsu*, em 7,1%. A SGS ICS

Certificadora Ltda. faz asseguarção de duas empresas, enquanto a *Bureau Veritas Certification*, *DNV GL Certification* e a *BSD Consulting* foram contratadas, respectivamente, por uma empresa.

Em relação às normas de fundamento, observa-se que 71,43% dos relatórios foram assegurados exclusivamente pela NBC TO 3000. Em outras asseguarções, nota-se que 21,43% adotaram normas em conjunto devido às solicitações das empresas na verificação da aplicação dos princípios da AA1000AS e dos Índices do GRI. Nas asseguarções dos relatórios restantes, 7,14% tiveram como base a AA1000AS.

Destaca-se que a ISAE 3000 esteve presente em dois dos 28 relatórios assegurados, empregado de forma adicional ao índice do GRI-G4. A baixa adesão desta norma pode ser explicada pelo contexto brasileiro, já que a NBC TO 3000 (CFC) é a norma brasileira consoante a Isae 3000 (Iaasb). De forma complementar, as empresas certificadoras SGS ICS Certificadora Ltda., *Bureaux Veritas Certification* e *DNV GL Certification* incorporaram aos seus protocolos internos de verificação os requisitos de acordo com as normas NBC TO 3000 e a Isae 3000. Demonstra-se, assim, que as empresas de não auditoria espelham seus trabalhos em normas consolidadas de auditoria contábil.

Tratando-se de nível de asseguarção dos trabalhos, constata-se que 92,86% foram realizados de forma limitada ou moderada. Isso mostra que as informações relativas à sustentabilidade são asseguradas em nível maior de risco, admitindo uma margem maior de erro devido à menor abrangência dos testes realizados. Diante disso, os principais procedimentos empregados pelas prestadoras de serviços de garantia externa, foram analisados conforme o detalhamento apresentado na figura 1, referenciado no item 2.1, e apresentados na Tabela 5.

Tabela 5: Principais procedimentos empregados pelas prestadoras de serviços de garantia externa

Procedimentos	Quantidade de Empresas	%
Indagações à Gestão	27	96,4%
Processos de Gestão Internos	24	85,7%
Verificação da Informação com bases de suporte	21	75,0%
Comparação com dados financeiros e econômicos	21	75,0%
Comparação de dados relativos a indicadores de desempenho	24	85,7%
Procedimentos de Consubstanciação	16	57,1%
Confirmação do Nível de aplicação	25	89,3%
Realização de entrevistas	6	21,4%
Visitas às instalações ou obras	3	10,7%
Validação dos Normativos	28	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Conforme a Tabela 5, observa-se que o uso dos procedimentos não é feito de uma forma padronizada e uniforme em todos os processos de asseguarção. Dentro desta análise, destaca-se que, em 100% dos trabalhos nos quais foram empregados os procedimentos de comparação das informações com dados financeiros e econômicos, ou seja, 21 trabalhos foram realizados por empresas de auditoria contábil. Essa constatação evidentemente reforça a habilidade e a especialidade das firmas de contabilidade em auditar informações de natureza econômico-financeiras, bem como demonstra que as empresas estão cada vez mais aptas a divulgar as informações financeiras e não financeiras de forma integrada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da divulgação das informações de caráter socioambientais por parte das empresas acompanha os diversos interesses informacionais de diferentes *stakeholders*. Nesse sentido, a asseguarção externa destas informações objetiva fornecer a estes usuários credibilidade, ainda que de forma limitada.

Considerando a importância e a responsabilidade atribuídas à opinião especializada, que garanta a veracidade das informações que integram o processo de tomada de decisão, este estudo objetivou descrever o estado da arte da asseguração externa dos relatórios de sustentabilidade das empresas do ISE 2016.

Esta pesquisa observou que 100% das empresas da carteira ISE 2016 publicam o relatório de sustentabilidade, e 80% delas procuraram a asseguração externa para seus reportes. Comparando este resultado com os resultados encontrados por Zaro, Pastre e Alberton (2015), nota-se um aumento de 11% nas assegurações, o que torna esta prática de cada vez mais comum no processo de legitimação das instituições (Gomes, 2012; Kpmg, 2011).

Das assegurações feitas, constata-se a predominância de 82,1% das empresas classificadas como *Big Four* (Kpmg, PWC, Deloitte e Ernst & Young) sobre as prestadoras de garantias de consultoria e especialização em sustentabilidade, responsáveis apenas por 17,9% dos trabalhos, o que ressalta o *know-how* por parte das empresas de auditoria contábil neste segmento. Esta evidência contrapõe os resultados de Simnett, Vanstraelen e Chua (2009) de que as organizações que buscam dar credibilidade aos seus relatórios de sustentabilidade, por meio da garantia externa, na escolha da empresa asseguradora não tomam por relevante se a referida empresa é ou não de auditoria.

A análise qualitativa demonstra que a carteira ISE 2016 é dominada por setores tidos como regulados. Consequentemente, cerca de 61% das empresas que asseguraram seus relatórios estão sujeitas à regulamentação de seu setor. Ressalta-se que a maioria destas empresas pertence aos setores de Energia Elétrica e Bancos, e que as agências (Anel e Bacen) que regulamentam estes setores orientam fortemente a divulgação das práticas socioambientais. Isto sugere que a decisão das empresas em tomar os serviços de garantia não é resultante somente da “proatividade”, mas também das pressões institucionais (coercivas, normativas e miméticas) e da força setorial (Simnett; Vanstraelen & Chua, 2009; Kolk & Perego, 2010; Martínez-Ferrero & García-Sánchez, 2016).

Porém, a análise quantitativa por meio do Teste de Fisher, em nível de significância de 5%, não confirmou a associação entre a asseguração dos relatórios de sustentabilidade e o setor regulado ($p\text{-value} = 0.2075$). O mesmo acontece com a associação que foi proposta para a governança corporativa (Novo Mercado, $p\text{-value} = 0.415$). Destaca-se, como limitação do estudo, a baixa representatividade dos demais setores e segmentos de governança corporativa na amostra.

Dentre as diretrizes utilizadas para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, evidenciou-se que a *Global Reporting Initiative (GRI)* é a proposta dominante, presente em 97,14% (31) dos relatórios de sustentabilidade, e que 79,41% delas procedem em assegurá-los. Destaca-se a empresa Itaú Unibanco S.A, porque utilizou a estrutura proposta pelas diretrizes do Relato Integrado para o reporte de suas informações socioambientais, integrando informações de natureza financeiras e não financeiras.

Analisando as normas aplicadas na orientação no processo de verificação externa, demonstrou-se que 71,43% das prestadoras de garantias utilizaram exclusivamente a NBC TO 3000, seguidas pela utilização combinadas da aplicação dos princípios da AA1000AS e dos Índices do GRI. A Isae 3000 obteve baixa evidência, uma vez que a NBC TO 3000 (CFC) é a norma brasileira consoante a Isae 3000 (Iasb). Outra constatação desta análise mostra que as empresas tidas como de “não auditoria” incorporaram aos seus protocolos internos de verificação da metodologia de normas de natureza contábil.

O levantamento dos procedimentos utilizados evidenciou que o conteúdo dos relatórios de asseguração externa varia conforme o escopo da garantia, das solicitações feitas pelas empresas auditadas e das preferências do assegurador da garantia, agregando as evidências encontradas por Hasan, Roebuck e Simnett (2003), Deegan, Cooper e Shelly (2006) e Gomes (2012). Os resultados, consoante aos de Gomes (2012), mostraram que a maioria dos trabalhos de asseguração se concentrou em validar os normativos e nível de aplicação dos índices socioambientais utilizados pelas empresas na construção dos relatórios de sustentabilidade. Além da checagem dos controles

internos, há também indagações a gestão sobre elaboração dos relatórios e a comparação das informações qualitativas com os dados financeiros e econômicos.

Em destaque, na prestação dos serviços de asseguração externa, observou-se a valorização da auditoria independente, consubstanciada pela atuação na maioria das assegurações realizadas, e pelo emprego de normas consolidadas emitidas pelo órgão regulador da auditoria contábil independente pelas empresas de não auditoria.

Para futuros trabalhos, sugere-se investigar as práticas de asseguração em amostras maiores com a finalidade de identificar fatores que influenciem as decisões das empresas em assegurar seus relatórios, bem como avaliar esta evolução ao longo do tempo. Estudar com mais profundidade os procedimentos conforme o nível de aplicação do trabalho realizado e avaliar a percepção dos *stakeholders* sobre a garantia das informações prestadas.

REFERÊNCIAS

Adams, C. A., & Evans, R. (2004). Accountability, completeness, credibility and the audit expectations gap. *Journal of Corporate Citizenship*, 2004(14), 97–115.

Almeida, J. B. de (2014) Asseguração de relatórios de sustentabilidade: o caso Petrobrás. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 14. São Paulo. *Anais...* São Paulo, SP, Brasil.

BM&FBovespa.(2015) *Mercado: Ações – Índices*. Recuperado em 16 mai.2016, de: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-desustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm.

Cadbury, S. A. (2000). *The corporate governance agenda. Corporate Governance: An International Review*, 8(1), 7–15.

Castro, F. A. R., Siqueira, J. R. M., & Macedo, M. A. S. (2009) Indicadores ambientais essenciais: Uma análise da sua utilização nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul americano, elaborados pela versão “G3” da *Global Reporting*

Conselho Federal de Contabilidade (2009). *NBC TO 3000 – Trabalho de asseguração diferente de auditoria e revisão*. Brasil.

Cooper, S. M., & Owen, D. L. (2007). Corporate social reporting and stakeholder accountability: the missing link. *Accounting, Organizations and Society*, 32(7), 649-667.

Deegan, C., Cooper, B. J., & Shelly, M. (2006) An investigation of TBL report assurance statements: UK and European evidence. *Managerial Auditing Journal*, 21(4), 329-371.

Fisher, R. A. (1970) *Statistical methods for research workers*, (14th edition), Hafner Publishing.

Gamerschlag, R., Moller, K., & Verbeeten, F. (2011) Determinants of voluntary CSR disclosure: empirical evidence from germany. *Review of Managerial Science*, New York: Springer, (5), 233-262.

Gil, A. C.(2008) *Métodos e Técnicas de pesquisa Social*. (6a ed.). São Paulo: Atlas.

Gomes, S. F.(2012) *Auditoria aos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas: uma visão sobre o estado da arte e a percepção dos Revisores Oficiais de Contas*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Leiria. Portugal.

Gurvitsh, N., & Sidorova, I. (2012) Survey of sustainability reporting integrated into annual reports of estonian companies for the years 2007-2010: based on companies listed on tallinn stock exchange as of october 2011. *Procedia Economics and Finance*, 2, 26–34.

- Hasan, M., Roebuck, P. J., & Simnett, R. (2003) An investigation of alternative report formats for communicating moderate levels of assurance. *Auditing: a Journal of Practice & Theory*, 22(2), 171-187.
- Hodge, K., Subramaniam, N., & Stewart, J. (2009). Assurance of sustainability reports: Impact on report users' confidence and perceptions of information credibility. *Australian Accounting Review*, 19(3), 178-194.
- Junior, R. M., Best, P. J., & Cotter, J. (2014) Sustainability reporting and assurance: a historical analysis on a world-wide phenomenon. *Journal of Business Ethics*, 120(1), 1-11.
- Kpmg International Responsibility Reporting (2011). *The definitive snapshot of CR reporting*.
- Kolk, A., & Perego, P. (2010). Determinants of the adoption of sustainability assurance statements: an international investigation. *Business Strategy and the Environment*, 19(3), 182-198.
- Lenzen, M., Dey, C.J., & Murray, S.A. (2004) Historical accountability and cumulative impacts: the treatment of time in corporate sustainability reporting. *Ecological Economics*, 51(3), 237-250.
- Lozano, R., & Huisingh, D. (2011) Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 19(2), 99-107.
- Martínez-Ferrero, J., & García-Sánchez, I. M. (2017). Sustainability assurance and assurance providers: Corporate governance determinants in stakeholder-oriented countries. *Journal of Management & Organization*, 1-24.
- Martínez-Ferrero, J., & García-Sánchez, I. (2016). Coercive, normative and mimetic isomorphism as determinants of the voluntary assurance of sustainability reports. *International Business Review*, 26(1), 102-118.
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977) Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American journal of sociology*, 340-363.
- O'dwyer, B., & Owen, D. L. (2005) Assurance statement practice in environmental, social and sustainability reporting: a critical evaluation. *The British Accounting Review*, 37(2), 205-229.
- Park, J., & Brorson, T. (2005) Experiences of and views on third-party assurance of corporate environmental and sustainability reports. *Journal of Cleaner Production*, 13(10), 1095-1106.
- Perego, P., & Kolk, A. (2012) Multinationals' accountability on sustainability: the evolution of third-party assurance of sustainability reports. *Journal of Business Ethics*, 110(2), 173-190.
- Perrini, F. (2005) Building a European portrait of corporate social responsibility reporting. *European Management Journal*, 23(6), 611-627.
- Richardson, R. J. (2008) *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W. F. (2009) Assurance on sustainability reports: An international comparison. *The Accounting Review*, 84(3), 937-967.
- Smith, J., Adhikari, A., & Tondkar, R. H. (2005) Exploring differences in social disclosures internationally: A stakeholder perspective. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(2), 123-151.
- Suchman, M. C. (1995) Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), 571-610.
- Zaro, E. S., Pastre, F., & Alberton, L. (2015) Asseguração dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem a carteira do índice de sustentabilidade empresarial 2013. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 20(1), 47-63.

Zhou, S., Simnett, R., & Green, W. (2013). The effect of legal environment and corporate governance on the decision to assure and assurance provider choice: evidence from the GHG Assurance Market. *UNSW Australian School of Business Research Paper*, Sydney, Australia, 2012.

Data da submissão: 16/12/2016

Data de aceite: 01/08/2017